

O Brasil precisa de uma entidade de padronização da carne bovina¹

Pedro Eduardo de Felício²

O apoio financeiro do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, por meio da APEX – Agência de Promoção de Exportações, para participação de empresas brasileiras em feiras internacionais e encontros de negócios; a “Marca Brazil” da própria agência, isso mesmo, Brazil com “Z”, afinal o que não fazemos quando o objetivo é vender nossos produtos? E o projeto “Brazilian Beef”, que recebeu um financiamento a fundo perdido de três e meio milhões de reais, para divulgação da carne brasileira no exterior. Tudo muito interessante!

É o Brasil mostrando a sua cara no mercado mundial da carne e, diante dos expressivos resultados das exportações nacionais, um motivo de júbilo. Ainda que parem algumas dúvidas quanto à transparência na concessão do dinheiro público, e na sua utilização por organizações de direito privado, talvez não haja outra maneira de implementar ações mercadológicas globais.

Contudo, é preciso lembrar, as ações de marketing externo, ou interno, deveriam ser sempre lastreadas por uma standardização de processos e produtos, cuja implementação e coordenação seria feita por uma entidade de fora do governo. Seria uma espécie de administração de tudo o que se refere à aplicação de normas oficiais, formação de auditores internos, e auditoria externa de normas técnicas para os elos da cadeia produtiva da carne bovina, que assegurasse a integridade do sistema de qualidade, em termos, por exemplo, de: produção de carne a pasto, ou em confinamento; manejo pré-abate; controle de resfriamento; mensuração de parâmetros para classificação de carcaças; conformidade de cada corte cárneo com as especificações dos clientes, e garantia de rastreabilidade – individual ou por lote - no âmbito do matadouro-frigorífico.

Para ilustrar a importância da entidade pretendida, basta ver a situação atual de envolvimento atabalhado do Ministério da Agricultura na questão da classificação de carcaças, que envolve desde a obrigatoriedade de sua implementação, o credenciamento de profissionais, e a definição de quem deve pagar os salários destes, até a questão da rotulagem da carne. Caso houvesse um órgão que aqui será denominado “Fundação da Carne Brasileira”, o Mapa apenas conduziria a discussão e a consulta pública, como fez, e deixaria por conta da fundação o atendimento às empresas interessadas, proporcionando treinamento a seus funcionários, acompanhamento de implantação e auditoria de execução do método. A confusa rastreabilidade também poderia ter uma solução desse tipo.

¹ Artigo publicado na Revista ABCZ, Uberaba, Ano 5, n.25, p. 200-201, mar./abr. 2005.

² Professor-associado da Faculdade de Engenharia de Alimentos, da UNICAMP. CP. 6121; CEP 13.083-862.

Se pararmos por um instante para pensar o futuro, não será difícil concluir que um país que exportou dois e meio bilhão de dólares, no ano passado, em carnes bovinas em cortes, industrializada, e miúdos comestíveis, vendendo barato – US\$2.140/t na média geral – como todos sabemos, e que ainda comercializou mais de seis milhões de toneladas de carcaça no mercado interno, está merecendo algum investimento na criação de uma base técnica sólida, capaz de se igualar, e até superar, no item qualidade assegurada, aos demais exportadores. Quem sabe, assim, será possível atender, também, o consumidor doméstico com carne de melhor qualidade, dado que tem caído sensivelmente a qualificação técnica de uma centena de frigoríficos, alguns dos quais já nem deveriam ter o direito de ostentar uma chancela do Serviço de Inspeção Federal em seus carimbos e rótulos.

Obviamente que este é um tema para debates, mas a sugestão da coluna é para que a nova entidade tenha uma fase de implantação com financiamento a fundo perdido do governo federal, e uma contrapartida em contribuições de empresas patrocinadoras e usuárias do sistema. E que seja implantada a partir da criação de um conselho diretor formado por representantes dos frigoríficos, dos pecuaristas e do governo.

Pressupõe-se que a Fundação da Carne Brasileira possa funcionar paralelamente ao SIC – Serviço de Informação da Carne, dando suporte técnico ao trabalho de valorização da imagem da carne bovina junto aos consumidores, utilizando próprios da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, na região de Campinas, onde já se encontram os institutos Agrônomo (IAC), Biológico (IB), Tecnologia de Alimentos (ITAL), Zootecnia (IZ), o Laboratório Regional de Apoio Animal (LARA), além de centros de pesquisa da Embrapa e várias universidades.

Algum dia será preciso fazer isto, por que não começar agora mesmo, quando o mundo todo olha para o Brasil com cara de assustado com o crescimento das nossas exportações?